

ATA N.º 4/2023
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA
CIM-RC

No dia **27 de abril de 2023**, pelas dezasseis horas e trinta minutos no município de Condeixa-a-Nova no Museu P.O.R.O.S, deu-se início à quarta sessão da Assembleia Intermunicipal (AI) da CIM RC, para a qual foram convocados os respetivos membros, de acordo com a alínea a) do artigo 86.º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

Verificou-se que não estavam presentes os seguintes membros: Christophe Rodrigues Coimbra; Fernando José Ribeiro Cavaleiro da Maia Vale; Carlos Miguel Cruz Santo Gomes Fernandes; Rosa Maria da Costa Reis; Susana Catarina Simões de Almeida; Telma Milene Magueta Salvador; Celeste Pereira Dias Cardoso; Maria Cristina dos Santos Ferreira Dinis; António Carlos Fonseca Nina; Nuno Vasco dos Santos Lima Fernandes; Miguel Ângelo Simões de Almeida Marta Soares tendo justificado a sua ausência.

Encontravam-se presentes os restantes membros, conforme consta da lista de presenças que passará a constar como anexo número um à presente ata.

A representar o Conselho Intermunicipal da CIM RC esteve o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal (CI), Emílio Torrão, bem como o Secretário Executivo Intermunicipal, Jorge Brito. De acordo com o estatuído na alínea b) do artigo 86.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, dirigiu os trabalhos o Presidente da Assembleia Intermunicipal, Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.

O Presidente da AI autorizou os serviços da CIM RC a gravar a presente sessão, para efeitos administrativos.

Agradeceu a presença de todos nesta quadra difícil atendendo às sessões das AM que acontecem neste período e agradeceu ao município de Condeixa-a-Nova, na pessoa do Sr. Presidente do município, Nuno Moita, pela cedência do excelente espaço e congratulou todo o conjunto do edificado e a parte urbanística envolvente. Colocou a ordem do dia a votação, dando notas sobre a mesma, a qual mereceu a concordância unânime.

Tomou a palavra o Presidente da CM de Condeixa-a-Nova, Nuno Moita, dando as boas vindas, agradeceu a escolha deste local e manifestou a satisfação neste acolhimento. Recordou que a CIM RC funciona, há bastante tempo, de forma unida dizendo que essa condição se deve às direções do CI desde o tempo dos saudosos Eng.º Jorge Bento e do Dr. João Ataíde e apelou à continuação desta interação junto também deste órgão deliberativo.

1. Apreciação e votação da ata n.º 3 de 20 de dezembro de 2022;

O Presidente da AI colocou a ata n.º 3 de 20 de dezembro de 2022, à apreciação dos presentes.

Submetida a votação da ata supra identificada foi a mesma aprovada por unanimidade.

2. Período Antes da Ordem do Dia

Tomou a palavra o membro da AM de Coimbra, Vaz Rocha, recordando que dentro de poucos dias se comemoram os 49 anos, depois do 25 de abril de 1974, que uma câmara municipal pôde assumir plenamente a sua competência enquanto órgão do povo e foi aqui em Condeixa. Salientou que “está nas nossas mãos cumprir aquilo que veio a ser o 25 de abril e que estabeleceu como um dos seus princípios: a regionalização”.

Interveio o membro da AM da Mealhada João Louzado, cujo discurso a seguir se transcreve: “Este é o segundo dia, do ano que nos levará a completarmos 50 anos de Democracia, em 2024.

Por isso, não tendo esta Assembleia um momento específico para assinalar o dia que nos trouxe a Liberdade e a vida em Democracia, não quis deixar passar esta oportunidade para tecer algumas considerações a propósito de tão importante data, especialmente num contexto de tantas dificuldades, provavelmente as maiores desde que vivemos em Democracia.

São dificuldades que resultam do contexto internacional, ainda sob efeitos da Pandemia e mais recentemente da Guerra na Ucrânia, povo a quem rendo a minha singela homenagem, formulando votos para que não seja nunca esquecido pela comunidade Internacional.

Ouvi há muitos anos, dois grandes Socialistas Ibéricos (Felipe Gonzales e Jorge Sampaio) dizerem que a esquerda sempre soube distribuir riqueza, mas nunca a soube criar, e a direita, sempre a soube criar, mas não a sabe distribuir.

Refletindo sobre isto, posso dizer-vos que me sinto Socialista de coração, porque jamais poderei viver em paz se souber que alguém ao meu lado passa privações que firam a sua dignidade humana, mas Social Democrata pela razão, porque acredito, e os últimos 50 anos têm-nos comprovado, que só a Social Democracia sabe criar riqueza, e só é possível distribuir algo quando se tem para distribuir. Ou então, criamos dívida, fazemos crescer a dívida... ainda que pareça baixar, porque referida em relação ao PIB.

Vivemos tempos difíceis, desde logo de difícil compreensão para quem luta no dia-a-dia para cumprir as suas obrigações, familiares, de cidadania, na comunidade ou perante o Estado, e vê no mesmo dia-a-dia notícias de falta de carácter, de seriedade, de total despudor para com os valores que tínhamos obrigação de estar a cimentar para fortalecer a nossa Democracia. Devíamos isso a quem tanto sofreu para a conquistarmos, e logo por aqueles que deviam ser o exemplo a seguir, mas que, tomando o aparelho do Estado, repito, tomando o aparelho do Estado, estão a fazer ruir tudo aquilo em que acreditámos, por que lutámos, os valores que recebemos dos nossos pais, e que vamos procurando transmitir aos nossos filhos.

A total falta de sentido de Estado por quem está no Estado, tem também dirigido o país para um caminho de empobrecimento, não só do próprio Estado, veja-se a ruína do SNS, da Educação, da Justiça, das forças Armadas e de Segurança, a degradação das infra-estruturas, dos equipamentos e dos Serviços Públicos.

A maior carga fiscal (lembrem-se do brutal aumento de impostos de Vítor Gaspar)? Dizem todos os dados oficiais que essa carga fiscal não baixou, antes aumentou (foi é transferida, de forma a que o contribuinte receba mais umas dezenas de Euros no final do mês, mas pague mais uma

centenas durante o mês... acredito que o Povo Português não é tonto!)... aumentou de tal forma, que bateu em 2022, todos os recordes, 36,4%... (em 2013, foi de 34,0% do PIB-o ano do “Brutal Aumento de Impostos...” nunca mais baixou!)... e o aumento da receita Fiscal em 2022, +11,3 mil milhões de euros... são dados do INE!

Recordando a tal riqueza que referi há pouco..., da criação e da distribuição. Aqui a riqueza não foi criada, foi retirada ao povo sob a forma de impostos, e depois distribuída uma pequena parte... assim ficamos todos mais pobres, talvez alguns menos pobres por alguns momentos, mas todos mais pobres a longo prazo.... Está-se a ver, estamos todos a sentir...

Incomoda-me pertencer a uma geração, que, pela primeira vez na história, não deixa condições de vida melhores aos seus filhos do que os nossos pais nos deixaram... deixa a internet, as maravilhas da comunicação, a facilidade em viajar.... Mas com enorme dificuldade no acesso a habitação digna, a serviços de saúde capazes, com trabalho precário, tudo determinado por uma política de baixos salários, que é agravada pela carga de impostos...

Impostos, cada vez mais impostos, que se esfumam em teias de “influências”?... no “desígnio nacional” da TAP? Na EFACEC – pois, a EFACEC, outro vórtice de milhões, silencioso, milhares de trabalhadores, sem matéria-prima para trabalhar... que assim permanece, silenciosamente, desde a nacionalização pelo Estado, há quase três anos!

Poderíamos e ficaríamos certamente algumas horas a desfiar os milhões de tanto suor, lágrimas e até sangue dos portugueses, anónimos, que lutam no dia-a-dia para a tão almejada, e desejada, ascensão social, para dar aos seus filhos uma vida melhor que a que têm, e que, veem, fruto das políticas erradas de sucessivos governos, que afinal todo o esforço foi inglório. Não foi certamente por este Abril por que lutaram tantos homens e mulheres. Uma liberdade que não o é, que os prende à pobreza, à privação, que os condena a permanecer na pobreza, a si, aos seus filhos, e netos...

Podemos fazer alguma coisa. Está, também nas nossas mãos contrariar o atual estado de coisas.

Podemos e devemos dar exemplos de rigor, de responsabilidade social, de tomar decisões que valorizem as pessoas, o seu trabalho, que resolvam os seus problemas, que criem esperança e não a defraudem... exemplos que possam ser seguidos pelo Estado!

Somos Autarcas, Presidentes de Câmara, Deputados, cidadãos trabalhadores e exemplares. Acredito que é por termos algum valor que estamos aqui.

Nas nossas famílias, nas nossas comunidades, nas Associações, nos Órgãos Autárquicos... vamos combater este marasmo, este adormecimento, seguir o exemplo dos homens e mulheres de Abril que souberam fazer ouvir a sua voz, souberam fazer valer os seus valores, porque o eram – valores!

Caros colegas,

Fica este desafio, hoje. De tomarmos em mão essa responsabilidade de resgatar Abril, de fazer valer o valor de Portugal e dos Portugueses.

Viva o 25 de Abril,

Viva Portugal”

Pediu a palavra o membro da AM de Cantanhede, Maia Gomes, intervindo nos seguintes termos que a seguir se transcrevem: “Podemos ver no site da CIM RC o Projeto Reforço das Capacidades de Adaptação às alterações Climáticas – Acções de comunicação e sensibilização. Neste projeto podemos ver bem identificados os seus objetivos, as boas práticas a adoptar, os sectores a impactar e as 4 dimensões das ações a desenvolver : Ação Municipio, Ação Escola, Ação Praia e Ação na área da saúde pública.

Trago, pois, a esta Assembleia um evento que incorpora os objetivos deste programa. Trata-se do III Tocha Plogging.

No próximo sábado, dia 29 de Abril, pelas 9 horas, terá início o III TOCHA PLOGGING, no Centro de Interpretação da Arte Xávega, na Praia da Tocha.

As duas anteriores edições do TOCHA PLOGGING, foram realizadas na Praia da Tocha em 2019 e 2022, e saldaram-se por um enorme sucesso, por todos reconhecido e muito apreciado. Trata-se de um evento simples e inovador, ainda pouco praticado na nossa região e no país, com origens na Suécia há cerca de 5 anos e com notável propagação em todo o mundo, combina a palavra “Plog” que na língua nórdica significa “apanhar do chão” com a conhecida palavra inglesa “jogging”, e que se traduz, na prática, em apanhar o lixo que se vai encontrando nos percursos feitos pelos praticantes de desporto, sobretudo as caminhadas e as corridas leves de manutenção.

A ideia foi desde a primeira hora acolhida e incentivada pelas autarquias locais, Junta de Freguesia da Tocha e Câmara Municipal de Cantanhede que, juntamente com a Empresa Municipal INOVA, são os parceiros Institucionais na realização deste evento.

O planeamento e organização desta iniciativa, está a cargo das Funcionárias da Progresso e Vida da TOCHA, IPSS de que sou Presidente da Direção, apoiadas pelos já referidos parceiros Institucionais, Câmara Municipal, Junta de Freguesia da Tocha e Inova e com o apoio técnico, logístico e de mobilização do Agrupamento de Escolas Gândara-Mar, do Agrupamento de Escuteiros da Tocha, do Clube de Atletismo da Tocha, dos Bombeiros Voluntários, dos Compartes, da Associação de Moradores da Praia da Tocha, da USF progresso e Saúde e do associativismo da freguesia da Tocha.

Também o tecido empresarial local, mostrando uma enorme sensibilidade para a problemática ambiental dos lixos, para a promoção da saúde através do desporto e um assinalável espírito solidário, reconheceu a importância desta ação e apoiou com entusiasmo o evento. EM 2023 contamos, com muito agrado e gratidão, com o patrocínio de 15 empresas locais.

Refira-se que este evento faz parte dos Programas Eco escolas, Eco Freguesias e da Bandeira Azul da Praia da Tocha.

Para além da vertente solidária do III TOCHA PLOGGING, conseguida através dos patrocínios atrás referidos e pelos 5 euros de inscrição de cada participante, pretendemos que este evento possa também contribuir para o despertar de uma consciência coletiva de atitudes cívicas,

promovendo uma crescente cultura de cidadania, através de hábitos simples, promotores da saúde individual e de sustentabilidade ambiental.

E é nesse sentido que faço esta intervenção na Assembleia InterMunicipal.

Tendo em conta o desafio coletivo de solidariedade, sustentabilidade e cidadania que o III TOCHA PLOGGING representa, e tendo em conta os novos tempos que aí vêm de foco na “TRANSIÇÃO CLIMÁTICA”, e no “MAIS SOCIAL”, deixamos aqui a sugestão e o desafio à CIM-RC, de que este conceito e este exemplo coletivo de cidadania possa ser enquadrado no Projeto da CIM-RC: REFORÇO DAS CAPACIDADES DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS-AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO e replicado por toda a Região.”

3. Ordem do Dia:

3.1. Apresentação do Concurso de transportes da Região de Coimbra – para conhecimento; Tomou a palavra o Presidente do CI, Emílio Torrão, cumprimentando os presentes e de modo especial o seu homólogo de Condeixa-a-Nova que, entretanto, se ausentou face à assunção de compromissos prévios.

De seguida tomou a palavra o Secretário Executivo Intermunicipal que aludiu à importância deste projeto para a Região. No decorrer da apresentação detalhada em power point fez a contextualização e resenha histórica explicando que a partir de 2015, nomeadamente a Lei nº 52/2015, de 9 de junho, aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros (RJSPTP) adapta ao enquadramento nacional as diretrizes europeias que estabelecem as condições em que as autoridades competentes podem impor obrigações de serviço público, no âmbito de um contrato de serviço público de transporte de passageiros.

Disse tratar-se de um dos dossiers mais complexos “que esta casa gere”, essencial para uma região que se quer mais desenvolvida e coesa, aludiu às características do novo Concurso Público para a Concessão da Rede de Transporte Rodoviário da Região de Coimbra e seus benefícios. Aludiu à deliberação do CI de 23 de março último, na qual se aprovou a criação do Grupo de Trabalho para a Constituição da Entidade Gestora do Sistema Intermodal da Região de Coimbra (AGIT).

Salientou que este processo foi devidamente acompanhado nas respetivas Assembleias municipais, o objetivo é dar um salto bastante significativo essencial para o “Aumento da qualidade de vida e o aumento da competitividade deste território, este é o desafio e o desejo de todos.”

Interveio o Presidente da AI agradecendo os esclarecimentos prestados, realçou a grandeza do projeto, do desafio gigantesco e da revolução para a região que poderá dar o sentido de uma verdadeira área metropolitana pois “sem mobilidade não há lugar a área metropolitana”. Salientou que é a modernização do tecido social e económico que está em causa.

Tomou a palavra Humberto Oliveira, membro da AM de Penacova, dizendo que este assunto é deveras pertinente para a região, que quando a “esmagadora maioria da nossa mobilidade é intermunicipal não podia ser de outra forma”, que a CIM RC deve assumir um papel

preponderante apelando a que esta entidade intermunicipal se dedique com afinco a este assunto. Receia a litoralização do país pois verifica-se uma diminuição da densidade populacional no interior do país e daí a importância deste apoio para o desenvolvimento da Região.

Interveio o Presidente do CI dizendo tratar-se de uma verdadeira revolução nos transportes públicos de passageiros na CIM RC, a possibilidade de viajar da praia à serra com um único título de transporte implica uma concertação inédita na Região, para além da concertação de todas as linhas tendo sido contratado um consultor para este tratamento e otimização. Referiu que a malha de transportes públicos está muito envelhecida e os operadores de transporte passam a cobrar défice de exploração. Nada será feito sem a concertação dos municípios são estes que irão pagar a sua quota parte do défice de exploração de serviço público, tem de informar como querem os percursos e quais as alternativas. Sensibilizou todos os membros para a quantia avultada, de défice de exploração de serviço público de mais de oito milhões de euros. Pretende-se que haja transportes eficazes a um custo flexível, complementar com a rede Sit Flexi - a nova forma de mobilidade na Região de Coimbra, linhas de transporte rápidas dos extremos a Coimbra, como afirmação de região metropolitana com acessibilidade mais rápida a capital de distrito por consequência a toda a região. Novo concurso de transportes prevê linhas de expressos rápidos que em tempo útil e razoável fazem essa ligação sempre com o respeito pelos cidadãos.

Tomou a palavra o membro da AM de Coimbra, Vaz Rocha mostrando-se preocupado com a falta de investimento nacional/regional na ferrovia recordando que “Coimbra tem obrigações para com a satisfação e as necessidades dos concidadãos” e que se assiste a vários constrangimentos relacionados também com a extinção do troço da estação de Coimbra A até Coimbra B e com a expectativa criada aos utilizadores que se fixaram em localidades inicialmente servidas com esse serviço. Reconhece que o trabalho que está a ser feito é o de reprogramação a sua mágoa é que essa a desprogramação só tem remédio se houver medidas de fundo. Sobre o ramal ferroviário da Lousã fica “o desgosto que é pior sentimento que se pode ter”.

O Presidente do CI salientou que direção da CIM considera a ferrovia o meio de transporte mais amigável do ambiente e que devia ser privilegiado, porém há outros interesses e competências que estão para além da CIM.

O Secretário Executivo Intermunicipal explicou as diligências efetuadas de forma a conseguir prestar um bom serviço às populações, proporcionar diminuição de custos no racional da maior sustentabilidade possível sendo responsabilidade da Autoridade de Transportes responder o melhor que puder às necessidades das populações. Destacou, ainda a satisfação das pessoas que usam o Sit Flexi, registadas que estão mais de 10 mil viagens.

Referiu que a Autoridade de Transportes da CIM RC já apresentou estudos da expansão do atual sistema, sobre a ferrovia disse existir um diálogo profundo com a IP e a CP para a constituição dos serviços ferroviários urbanos de Coimbra sugerindo a apresentação do trabalho neste órgão, quando o mesmo se encontrar concluído.

Interveio o membro da AM de Penacova, Mauro Carpinteiro, questionando de que forma está a assegurada a capilaridade entre as redes municipais e a rede intermunicipal. Solicitou o cronograma do concurso para perceber a cadência de atos sublinhando a sua total solidariedade com o esforço da CIM nesta tarefa “gigantesca”. Sobre o Sit Flexi ressaltou o trabalho de muito mérito prestado às populações, devendo o mesmo ser intensificado ao máximo.

Em resposta o Secretário Executivo Intermunicipal deu os esclarecimentos necessários, sobre o Sit Flexi revelou a dificuldade de contratação de motoristas, da análise do serviço ser feito durante os fins de semana, trata-se de um trabalho contínuo com abertura para acolher as necessárias adaptações e melhorias ao “processo que é essencial ao nosso território”.

Para finalizar o Presidente do CI disse que se irá conseguir monitorizar toda a atividade dos operadores de transportes, de todas as linhas, atingindo a plena capacidade como Autoridade de Transportes.

A AI tomou conhecimento.

3.2. Relatório de Gestão e Prestação de Contas da CIM RC do ano 2022 – apreciação e votação
Foi apresentado, nesta sessão de trabalho da Assembleia Intermunicipal o Relatório de Atividades, de Gestão, bem como os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2022 da CIM Região de Coimbra.

O Secretário Executivo Intermunicipal fez a apresentação, resumindo e explicando a prestação de contas da CIM RC.

Após apreciação do documento em análise, a AI deliberou por unanimidade, aprovar o Relatório de Atividades, de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2022 da CIM-RC.

3.3.1.ª Alteração Modificativa 2023 - apreciação e votação

Foi presente a proposta n.º 24, datada de 05 de abril, bem como informação justificativa na atual conjuntura, na qual se faz o devido enquadramento legal das alterações orçamentais, e se apresentam ao CI as principais modificações necessárias por forma a incorporar no Orçamento para 2023, as alterações previstas nos mapas em anexo à referida proposta.

O CI na sua reunião de 21 de abril de 2023, aprovou a presente Alteração Modificativa ao Orçamento de 2023, de acordo com as alterações previstas nos Mapas em anexo e submeteu o assunto à AI para aprovação.

O Secretário Executivo Intermunicipal referiu que esta proposta de alteração orçamental modificativa, justifica-se pela necessidade de ajustamentos ao Orçamento de 2023, relativos a projetos integrados nas Grandes Opções do Plano.

Principais alterações: Inclusão da candidatura “Prevenção e Controlo do jacinto de água” financiada pelo PRR/Fundo Ambiental; Reforço dos montantes no ano e anos seguintes, para a concessão da rede Pública de Transportes, de acordo com o Contrato de Financiamento acordado com os Municípios

Reforço de algumas rúbricas de funcionamento geral para acautelar eventuais necessidades emergentes, através de saldo de gerência do ano anterior

Esta alteração orçamental modificativa, tem impacto nas receitas e despesas correntes e de capital, aumentando o valor global do orçamento de 2023 em (+) 1.283.006,07 euros face ao orçamento inicial. O Orçamento 2023, passa a uma dotação corrigida em 23.187.703,07 euros (vinte e três milhões cento e oitenta e sete mil setecentos e três euros e sete cêntimos).

A AI deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2023 nos moldes apresentados na referida proposta.

3.4. Relação dos compromissos plurianuais, período de 01/11/2022 a 31/03/2023, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – para conhecimento;

O Presidente da AI apresentou informação sobre os valores relativos a contratos plurianuais, assumidos no período de 01/11/2022 a 31/03/2023, tabela que constará como anexo à presente ata não tendo sido suscitadas quaisquer questões ao documento.

A AI tomou conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso.

3.5.1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2023 - apreciação e votação;

Foi presente para apreciação da AI a proposta n.º 25, datada de 05 de abril último, na qual se faz o enquadramento e se apresenta a primeira alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2023, que consta no mapa em anexo à referida proposta.

O Presidente do CI explicou que com o reforço das competências e das atribuições que a CIM RC tem a vindo a ter, do ponto de vista legal, há necessidade de fortalecimento dos quadros de pessoal.

O Secretário Executivo Intermunicipal aludiu às necessidades imediatas e alertou para as necessidades futuras. Esta proposta de 1ª alteração ao mapa de pessoal para 2023 passa pelo aumento de 2 lugares para Técnico Superior por tempo Indeterminado, 4 lugares para Técnico Superior e 3 para Assistente Operacional a termo.

Interveio o membro da AM de Coimbra, Rui Claro, saudação pelo trabalho feito pelos trabalhadores da CIM RC em articulação com os trabalhadores dos municípios “só com muita dedicação e sacrifício pessoal tem sido possível atingir estes resultados” desafios muito superiores aquilo que este mapa de pessoal espelha atualmente. No futuro carece de dotar atempadamente esta estrutura de recursos altamente especializados para fazer face aos desafios “com a qualidade que a CIM RC já nos foi habituando mas antevendo as dificuldades que os municípios irão encontrar pela frente”. Acredita que é possível continuar a ter na CIM um parceiro de excelência para o progresso da Região.

O Presidente do CI concordou com as palavras proferidas, na teoria, porém a realidade é diferente e enfrentam-se muitas dificuldades na contratação de pessoas para a administração pública face aos reduzidos incentivos. Agradeceu publicamente aos colaboradores da CIM RC por toda a dedicação e compromisso para com esta entidade e lamenta as atuais condições de

arrendamento de um edificado público gerido por uma entidade privada desejando uma alteração de paradigma.

O Secretário Executivo Intermunicipal destacou que na Administração Pública um dos grandes problemas reside na falta de recursos humanos qualificados para responder a alguns desafios, dando como exemplo a questão dos transportes que nesta área, para o país, existem apenas três ou quatro consultores.

A AI deliberou, por unanimidade, aprovar a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023 nos moldes apresentados na referida proposta.

3.6. Outros assuntos.

Não foi incluído qualquer novo assunto nesta sessão.

Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente da Mesa, solicitou aos presentes que a ata e as deliberações desta reunião sejam aprovadas em minuta para que tenham a eficácia devida.

Não havendo objeções, a ata e as deliberações foram aprovadas em minuta.

Nada mais tendo sido tratado, e sendo cerca das dezoito horas e trinta minutos, foi lavrada para constar a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

(Presidente da Mesa)

(Vice-Presidente da Mesa)

(Secretário da Mesa)